Governo prevê gasto inicial de R\$ 5,64 bilhões com Olimpíada do Rio

Montante foi detalhado na Matriz de Responsabilidades divulgada nesta terça pela APO

RIO - A Autoridade Pública Olímpica (APO) apresentou nesta terça-feira a Matriz de Responsabilidades dos Jogos Olímpicos do Rio. O documento, que detalha a participação de cada nível de governo (municipal, estadual e federal) no evento marcado para acontecer em 2016, informou que a previsão de gastos iniciais de R\$ 5,64 bilhões com obras essenciais para a realização da competição.

Na semana passada, o Comitê Organizador dos Jogos do Rio apresentou o seu orçamento atualizado para a realização do evento em 2016. A previsão de gastos com a organização é de R\$ 7 bilhões, bem superior aos R\$ 4,2 bilhões que tinham sido anunciados na candidatura da cidade em 2008. Nesse caso, os recursos virão apenas da iniciativa privada - patrocínios, venda de ingressos e repasse do COI, entre outros -, para bancar a operação e a logística da Olimpíada, com itens como, por exemplo, alimentação, acomodação e transporte dos participantes.

No documento divulgado nesta terça-feira, a APO, consórcio público criado para coordenar os três níveis de governo na preparação para 2016, apontou que o montante de R\$ 5,64 bilhões em gastos inicialmente previstos para as obras da Olimpíada foi dividido da seguinte forma: R\$ 4,18 bilhões por meio de 10 projetos tocados em parcerias com o setor privado, enquanto mais R\$ 1,46 bilhão será investido através de 14 projetos executados com investimentos públicos.

A Matriz de Responsabilidades também destacou, em uma das páginas do documento, que o orçamento previsto terá o seu valor atualizado "a cada seis meses e quando necessário, com o objetivo de garantir a transparência do processo e prestar contas à sociedade". Além disso, existe a promessa de que os três níveis de governo anunciem na segunda quinzena de março o plano de antecipação e ampliação dos investimentos federais, estaduais e municipais em políticas públicas alavancados pelo projeto olímpico, como, por exemplo, obras de mobilidade urbana e infraestrutura - a data e o local deste anúncio ainda não foram confirmados.

O documento que lista todas as intervenções necessárias para realização da Olimpíada prevê a execução total de 52 projetos. Ou seja, menos da metade deles (24) já têm orçamento ou custos definidos - a maior parte dessas obras está dentro do Parque Olímpico.

O restante do valor previsto para as obras dos Jogos do Rio, segundo informou a APO na Matriz de Responsabilidades, será divulgado quando os editais de licitações ficarem prontos e forem publicados. Esse é o caso, por exemplo, do Complexo Esportivo de Deodoro, palco de provas de hipismo, ciclismo e tiro, entre outras, que está com a construção atrasada.

Encontrou algum erro? Entre em contato

 $\hbox{\bf ESPORTES} \ \ \hbox{\bf > } \ \ \hbox{\bf Governo} \ prev\ \hat{\hbox{\bf e}} \ \hbox{\bf gasto inicial de R$}\ 5,64 \ bilh\ \tilde{\hbox{\bf o}} \ \hbox{\bf es com Olimp\'ada do Rio}$



Confederação de Ciclismo definiu vencedora de licitação antes de edital, diz TCU

Ao lançar um edital para contratar uma consultoria em ciência do esporte, em 2013, a Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC) definiu antecipadamente quem ganharia a concorrência. Fez o mesmo, naquele mesmo ano, ao abrir edital para contratar consultoria jurídica. Os nomes dos futuros vencedores já constavam nas minutas de contrato elaboradas previamente, conforma revela um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU). Acórdão publicado no Diário Oficial da União desta sexta-feira dá 15 dias para a CBC se explicar.

Estas informações foram revelados por auditoria realizada em 2015 pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR), a pedido do TCU. Foi constatado que as contratações da Práxis Consultoria e Informação Desportiva e da Sport Training Consultoria e Eventos "não seguiram os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". A auditoria serviu de base para o relatório do TCU.

"Os nomes das duas empresas convidadas já estavam escritos nas minutas de contrato previamente elaboradas aos respectivos editais", aponta a auditoria. Em seu voto, o relator do processo, o ministro Vital do Rêgo, do TCU, aponta que a Sport Training assinou a minuta de contrato de consultoria em ciência do esporte por R\$ 168 mil, em 18 de janeiro de 2013, três dias antes das outras concorrentes apresentarem suas propostas. A própria vencedora do edital só fez sua proposta em 18 de fevereiro daquele ano.

A Sport Training é representada nos relatórios de prestação de serviço por Antônio Carlos Gomes, superintendente de alto rendimento da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). Já o coordenador do trabalho é Francisco Cusco y Florencio, que à época da contratação já era diretor de alto rendimento na CBC.

A auditoria aponta que o relatório anual de atividades da Sport Training inicia com a informação de que o departamento de alto rendimento da CBC teria sido criado por sugestão da Sport Training. O departamento, porém, existia desde 2012, pelo menos, já a cargo de Cusco.

"Assim, os indícios de montagem de licitação teriam por objetivo a contratação de empresa apenas para simular a prestação de serviços que já eram realizados pela diretoria de alto rendimento da CBC. Com isso, fica evidenciada a existência de execução fraudulenta dos recursos envolvidos", aponta a auditoria.

Seria o mesmo caso da contratação da Práxis, que comprovou os serviços realizados apresentando ao TCU troca de e-mails nas quais o presidente da empresa assina na qualidade de "assessor jurídico da CBC". A Lei Agnelo/Piva veta a utilização dos seus recursos para pagamento de pessoal.

Acolhendo o voto de Rêgo, os ministros do TCU rejeitaram aplicar multa à CBC, por enquanto, esperando a oitiva da entidade, que tem 15 dias para se explicar. Para a Secex-PR, a "responsabilidade pelo débito, correspondente ao valor integral do contrato desnecessariamente firmado, recai solidariamente sobre o presidente da CBC, José Luiz Vasconcellos, e sobre o presidente da Comissão Permanente de Licitação da entidade, Lúcio Orlando Coser, e a empresa contratada".

Uma das concorrentes era a Promo Total, da professora de educação física da prefeitura do Rio Andrea D'Aiuto dos Santos Martins, como professora de educação física do ensino fundamental da prefeitura daquela cidade (peça 111). A empresa tem como atividade econômica "artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente".

A outra, Psisport Consultoria Esportiva, tem como atividade econômica principal "atividades de psicologia e psicanálise" e, como atividades secundárias, acupuntura, nutrição e fisioterapia. "Não há o que se enquadre nos objetivos da contratação, voltada para o treinamento técnico da modalidade de ciclismo, para fins de preparação de atletas para competições nacionais e internacionais", aponta o relatório.

Também chamou a atenção o fato, constante na ata da licitação, de que os concorrentes "entregaram a documentação e se ausentaram". Os auditores acharam curioso que eles não tenham demonstrado interesse em conhecer o resultado da licitação de que participaram.

Encontrou algum erro? Entre em contato

